

Charles Bettelheim sobre a Revolução Cultural Chinesa

Tiago Camarinha Lopes¹

Resumo

A avaliação teórica e empírica de Charles Bettelheim sobre a Revolução Cultural Chinesa é apresentada a partir de suas principais obras sobre o tema. Segundo o economista francês a Revolução Cultural foi um dos pontos mais altos do processo histórico da Revolução Socialista, caracterizando-a como um marco temporal de avanço qualitativo da envergadura da Comuna de Paris de 1871. Em sua visão, devido principalmente a falhas de condução política neste instante de luta de classes extremamente intensa, houve uma contrarrevolução operada dentro do Partido que desembocou em um desfecho negativo da Revolução Cultural e que encaminhou a China para a via do revisionismo (enquanto rejeição do marxismo revolucionário de Lenin) e do capitalismo.

Palavras-chave: Revolução Cultural, Charles Bettelheim, Forças produtivas e Relações Sociais de Produção, China

Abstract

Charles Bettelheim's theoretical and empirical evaluation of the Chinese Cultural Revolution is presented based on his main works on the topic. According to the French economist, the Cultural Revolution was one of the highest points of the historical process of the Socialist Revolution, which characterizes it as a temporal benchmark alongside the Paris Commune of 1871. In his view, due mainly to errors of political guidance in this moment of extremely intense class struggle there was a counterrevolution made within the Party that lead to a

¹ Professor de Economia da FACE/UFG (Universidade Federal de Goiás, Goiânia). tiagocamarinhalopes@gmail.com. Este trabalho é um resumo de notas de estudos geradas como preparação para os encontros do Rosa Vermelha Núcleo Uberlândia sobre a Revolução Chinesa. Agradeço a todos o(a)s amigo(a)s que participam desse estudo coletivo do processo histórico da revolução socialista desde 2011 pelos estímulos em aprofundar diversas questões. Todo o texto é de minha responsabilidade.

negative ending of the Cultural Revolution and brought China to the track of revisionism (as rejection of revolutionary Marxism of Lenin) and capitalism.

Key-words: Cultural Revolution, Charles Bettelheim, Productive Forces and Social Relations of Production, China

Introdução

A Revolução Cultural ocorrida na China entre 1966 e início dos anos 1970 foi um processo social de elevada carga histórica. A análise desse fenômeno deve contar com a contribuição de cientistas dos mais variados campos, como Historiadores, Sociólogos, Cientistas Políticos e Filósofos. O estudo de Charles Bettelheim (1913-2006) sobre as transformações superestruturais na China pouco antes da Reforma e da Abertura capitalistas de Deng Xiapoing foca a organização da economia chinesa. O economista francês faz parte de um grupo de marxistas ocidentais que se esforçaram em observar e entender a dinâmica capitalista na periferia do sistema, especialmente no contexto da expansão da Revolução Socialista a partir de sua saída pelo Leste da Europa em 1917. Enquanto economista, Charles Bettelheim participou de forma ativa nos Debates Econômicos que vão dos zigue-zagues da NEP (Nova Política Econômica) na Rússia soviética, passam pela polêmica contabilidade alternativa do Homem Novo de Che Guevara em Cuba nos anos 1960, e chegam aos ajustes da China no fim do paradigma da planificação econômica centralizada, durante a ascensão do neoliberalismo.

O livro de Bettelheim *A Revolução Cultural e a Organização Industrial na China*, publicado em 1973, foi organizado a partir das notas de dois alunos seus durante suas aulas proferidas na França em 1971 e 1972. Esse seminário foi alimentado pelas observações de viagem de Bettelheim à China em 1971, ocasião em que visitou algumas unidades de produção. O objetivo da obra é esboçar conclusões teóricas a partir das mudanças ocorridas nas fábricas em decorrência da Revolução Cultural. Considerando que a milenar divisão entre província e cidade estava sendo questionada intensamente, Bettelheim apresenta a Revolução Cultural, pelo menos em seu início, de forma muito positiva, de fato como um avanço extraordinário do processo revolucionário desencadeado pela proclamação da República Popular da China em 1949.

Marx havia notado que a economia contém uma contradição dialética destrutiva quando a sociedade é dividida em classes e o processo de avanço da produtividade é comandado por um grupo dominante: dessa forma, a separação entre campo e cidade cria estruturas políticas, físicas e espaciais

que impulsionam e aprofundam ainda mais a distância entre o saber e o trabalho, entre o comando e a execução, entre a luz do urbano e a escuridão do rural. A diminuição desta diferença é, assim, um progresso no sentido de superar a relação assimétrica entre entidades que formam a totalidade do corpo social de reprodução material. Será que os eventos da Revolução Cultural conseguiram quebrar com essa dicotomia característica dos sistemas econômicos que dão base às sociedades de classe?

A tese do livro pode ser resumida da seguinte maneira: a Revolução Cultural representou uma virada da mais alta importância histórica, porque ela “revelou” uma forma da luta de classes para a edificação do socialismo ao indicar a superação da divisão social nas economias com excedente social, dominadas por uma minoria (Bettelheim ([1973] 1979), p. 11). Aqui se percebe que Bettelheim põe a Revolução Cultural próxima à Comuna de Paris no que tange ao significado histórico do processo de construção do socialismo: os dois eventos deveriam ser prezados como conquistas da classe trabalhadora em sua jornada rumo a uma sociedade sem exploração, sem classes e sem Estado. Se Marx avaliou que a Comuna de 1871 marcou um ponto de partida na época das revoluções proletárias, a qual fechava a era das revoluções burguesas, Bettelheim entende que a Revolução Cultural deve ser enquadrada na linha cronológica de avanço rumo ao modo de produção comunista.

Esse argumento é apresentado em quatro partes. Primeiro, Bettelheim relata as entrevistas realizadas em fábricas na China em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970. Segundo, ele trata da planificação econômica e do que mudou com a Revolução Cultural. Terceiro, ele analisa o esforço de eliminação da divisão entre trabalho manual e intelectual como uma “principal corrente da revolução chinesa”. Quarto, Bettelheim apresenta algumas conclusões que se somam ao construto teórico do socialismo de Marx e Engels, principalmente em relação ao quadro dinâmico entre as forças produtivas e as relações sociais de produção como esboçado no *Prefácio para a Crítica da Economia Política* (Marx ([1859] 1971)).

Após o fim da Revolução Cultural, Bettelheim acrescentou observações à obra que ajudam a esclarecer as contradições entre as linhas em combate, mas que também evidenciam os conflitos intensos na relação entre o socialismo utópico e o marxismo, no problema prático de organização política para a transição ao comunismo.

Em 1978, a partir da troca de cartas com Neil Burton, é publicado o livro *A China depois de Mao*, onde a avaliação das transformações a partir de Outubro de 1976 é feita com maiores detalhes por Bettelheim. Nessa última avaliação Bettelheim reforça sua tese de que o desfecho da Revolução Cultural foi um processo contrarrevolucionário, o qual desviou os esforços de união entre teoria e prática para retomar a divisão tradicional entre comandantes e comandados, sob a justificativa economicista do desenvolvimento das forças produtivas como pré-condição para as transformações

duradouras das relações sociais de produção. Em sua visão, portanto, a China de hoje não pode ser considerada sob nenhum aspecto como uma sociedade em rumo para o comunismo, mas somente como uma economia de expansão produtiva organizada para manter a coesão social entre dominantes e dominados.

A Revolução Cultural dentro da fábrica

O dia-a-dia do trabalho com meios de produção concatenados (ferramentas operadas pelo trabalhador coletivo) é descrito a partir das conversações que Bettelheim teve com dois operários e com o vice-presidente do Comitê Revolucionário. De acordo com seu relato, as condições de trabalho eram pesadas, porém organizadas. A assistência dada ao trabalhador era para que ele trabalhe, ou seja, para que ele tenha as condições objetivas de executar sua função.

Rapidamente encontramos diferenças em relação à tradicional divisão operacional do capitalismo industrializado. A fábrica observada tinha uma escola que poderia converter o operário em engenheiro, por exemplo. O documento oficial que conferia qualificação profissional era bastante próximo da prática de trabalho, e não se restringia às formalidades de uma escola ou universidade separada do universo da produção econômica. Segundo Bettelheim, havia uma ideia de substituir a noção de “subir na carreira” pela de “servir ao povo”. Isto é um dos pontos profundos de transformação na China que subvertia toda a lógica individualista de inserção hierárquica por méritos altamente duvidosos em relação ao bem estar coletivo. O debate sobre diferenças salariais era feito com o cuidado para não se impor decisões àqueles que não são “inimigos do povo”. Bettelheim deixa implícito que muitos trabalhadores se opunham ao princípio de remuneração comunista e se apegavam à ordem burguesa de distribuição de acordo com a contribuição efetiva ao trabalho coletivo.

De acordo com os relatos apresentados, antes da Revolução Cultural a política não era colocada no “posto de comando”. A fábrica era regida pela “economia no posto de comando”, ou seja, havia prioridade à técnica (no sentido de incremento das forças produtivas conduzidas pelo arranjo global alienante do capital na produção) ao dinheiro e ao lucro. Estímulos materiais e gratificações aos trabalhadores existiam como instrumentos de controle. Por essa razão, Bettelheim é bastante crítico ao modelo anterior que “manipulava” os trabalhadores com prêmios (Bettelheim ([1973] 1979), p. 23).

A “política no posto de comando” era uma expressão para designar a organização alternativa da fábrica em relação a seu modelo normal dentro da lógica capitalista. Na estrutura consonante com a Revolução Cultural, a estrutura de fabricação não se ajustria ao padrão de geração de lucro, mas a um padrão pré-determinado politicamente, em um programa que deu à unidade de produção uma função

específica dentro da economia social total. A “política” como controladora sobre o “econômico” significava a aplicação da Carta de Anshan, ou seja, o reforço da direção do Partido sobre quadros técnicos e operários organizados nesta estrutura econômica politicamente construída (Bettelheim ([1973] 1979), p. 22).

A relação entre os dois componentes do trabalho (mental e manual) é descrita também de forma comparativa entre o “antes” e o “depois” da Revolução Cultural. A partir das entrevistas, Bettelheim conclui que até meados dos anos 1960 a separação entre direção e execução era mais nítida. Um dos entrevistados, dirigente de fábrica, reporta que passou por um processo de aprendizado que exemplifica bem o que foi o “sacode cultural” dentro das unidades de produção. Nas diversas situações de decisão que emergiam no cotidiano da produção industrial, todos os envolvidos, de todas as funções, reuniam-se para achar uma saída. O dirigente relatou que quanto mais alguém se colocasse em oposição às massas nestes momentos, mais críticas eram dirigidas pelos *dazibaos* (aqueles grandes cartazes, como outdoors).² Muitos dirigentes tentavam colocar a “economia no posto do comando” e eram duramente criticados pela massa trabalhadora. A prática da linha revisionista, que buscava ainda adequar a fábrica à lógica de mercado, gerava um ambiente de constante tensão. Na exposição de Bettelheim fica evidente que a Revolução Cultural visava também a eliminação de elementos que seguiam essa linha.

Em relação ao processo educacional em curso, Bettelheim aponta para um aspecto problemático importante que são os grupos que fazem parte de uma chamada “ultra-esquerda” (Bettelheim ([1973] 1979), nota 7, p. 25). A avaliação crítica que Bettelheim faz da linha “ultra-esquerdista” pode ser apresentada da seguinte maneira: no processo de solução de problemas pela reunião local, existiram falhas da Revolução Cultural que ocasionaram perda de energia revolucionária. Por exemplo, em diversas situações, um membro do grupo que havia cometido algum tipo de erro (na condução de sua tarefa, na transmissão de informações, etc.) era perseguido politicamente. Isso parece ser compreensível quando se admite que coexistem nas fábricas elementos opostos em relação ao processo de construção socialista. Só que a identificação destes elementos não é uma tarefa simples. O erro pode ter origem técnica e não política. Ou seja, o responsável pelo erro, em certas ocasiões, não tinha intenção de sabotagem amparada em posição política da Reação.

A direção, composta pelos funcionários executando trabalho complexo, como os de engenharia e planejamento, contém ambos os elementos políticos (capitalista e socialista). No entanto, quando um erro era cometido, havia uma avaliação por vezes demasiadamente apressada, que imputava a “culpa”

² Os *dazibaos* não se restringiam a transmitir mensagens ideológicas em forma de slogans, mas eram também veículos de acusação, de disseminação de informação e debate com estatísticas, narrativas e contranarrativas. Sobre isso ver: Hunter (1989) e Escherick, Pickowicz e Walder (2006).

do equívoco a uma suposta posição política contrarrevolucionária. Bettelheim afirma, entretanto, que muitos erros não se originavam da posição pró-capitalista, mas de um âmbito puramente técnico. Infelizmente nem sempre se conseguia fazer essa distinção, o que fez surgir a ríspida reeducação e humilhação mesmo nos casos em que o sujeito em equívoco estava alinhado ideologicamente com a revolução socialista em curso. Essa questão foi detalhadamente abordada no posfácio de *A Revolução Cultural e a Organização Industrial na China* e na troca de cartas com Neil Burton reimpressas no livro *A China depois de Mao*.

Sobre o processo de reeducação ou aprendizado promovido pela Revolução Cultural, pode-se inferir a partir das notas de Bettelheim que a forma tradicional de divisão entre gestão e execução foi substituída por uma maior participação ativa dos trabalhadores através de grupos que substituem a equipe local do Partido na fábrica. Ocorreu o seguinte: em paralelo ao Comitê Partidário nas fábricas, o qual correspondia ao vínculo com o planejamento central da economia, grupos autônomos de gestão foram criados pelos trabalhadores. Estes últimos são chamados Grupos de Gestão Operária. Alguns elementos no Partido tentam evitar este processo, pois interpretaram essa dinâmica de transformações como uma perda de controle do Partido sobre o sistema político e econômico.

Bettelheim argumenta que uma das funções dos Grupos de Gestão Operária era incentivar a interlocução com membros do Partido para levar até eles a revolução ideológica (Bettelheim ([1973] 1979, p. 28, 29). Aqui se percebe a audácia da proposta de transformação cultural no corpo da sociedade chinesa: a base trabalhadora atuaria como educadora dos membros do Partido. É evidente que esta atividade tenderia a acabar com o mito de que somente os integrantes oficiais do Partido são os guardiões verdadeiros do marxismo-leninismo. Tal ilusão autoritária colocava o oficial do Partido acima das massas, e é justamente contra isso que o processo da Revolução Cultural agia segundo Bettelheim. Neste ponto se entende como a fábrica concentrava disputas acirradas, pois apesar dos Grupos de Gestão terem que estar sob a liderança ideológica e política do Partido, os conflitos que surgiam a todo instante deveriam ser solucionados com debate.

Segundo Bettelheim, em auxílio aos Grupos de gestão operário em sua interação com o Partido estava a Guarda Vermelha, composta pela massa de jovens guiada pelo Livro Vermelho de Mao Zedong. Sua função, além de exercer um controle ideológico geral na unidade sob observação, era cuidar para que os Grupos de gestão operária não se afastassem das massas. Bettelheim traz exemplos de uma fábrica de bonés para ilustrar essa faceta da Revolução Cultural na Unidade de Produção: um dos responsáveis numa oficina só pensava na produção. Não se preocupava com demais condições de trabalho. Os operários buscaram então chamar sua atenção, mas não houve mudança de comportamento. Como consequência, foi decidido criticá-lo publicamente pelo alto falante. O

responsável sentiu-se constrangido e conversou com os operários, que buscaram então educá-lo politicamente. O constrangimento público foi uma das principais manobras utilizadas para alinhar a conduta individual errônea ao conjunto da ação coletiva organizada.

Outro caso citado por Bettelheim foi o de um quadro do Partido (secretário) inserido em uma oficina. Os operários estavam insatisfeitos com sua postura em diversos aspectos e o chamaram para o debate. O quadro se sentiu constrangido e entrou num processo de discussão, que podemos interpretar como sendo um processo de cura de problemas psicológicos individuais. A humilhação diante do grupo passava também pelos *dazibaos*, quando se tratava de ampliar o público. As críticas sempre deveriam ser iniciativas coletivas, ou seja, não eram ataques individuais – embora a linha da extrema-esquerda não tenha seguido essa “boa prática” da educação comunista, como veremos ao final. Um dos métodos adotados pela Revolução Cultural consistia, portanto, em jogar para as massas o poder de constrangimento social por meio da crítica pública. As críticas eram tanto mais públicas quanto mais alto era o posto da pessoa na hierarquia. Um trabalhador simples também era criticado, mas em privado, em um processo de educação e politização condizente com sua posição na hierarquia política.

Neste sentido, com base nas observações e análises de Bettelheim ([1973] 1979), é possível dizer na Revolução Cultural houve também um processo de reeducação das pessoas que exercem trabalhos de direção. A Escola do 7 de maio, por exemplo, era um espaço onde estes dirigentes eram submetidos à realidade cotidiana do trabalho manual ao mesmo tempo em que realizavam estudos sobre as teorias de Marx e Lenin. Ali se construiu toda uma estrutura de moradia para vivência em condições de trabalho simples, ou seja, trabalho que qualquer adulto saudável pudesse executar com sua força de trabalho. Antes da Revolução Cultural já existia um processo de reeducação pelo trabalho, mas agora, como no exemplo desta escola, o trabalho manual é feito em estreita ligação com o trabalho ideológico, de estudo.

Em resumo, Bettelheim anota que, no âmbito da fábrica, o controle mais importante vem de baixo, mas que existe também um controle complementar que vem de cima, um controle político exercido pelo comitê do Partido.

Planificação industrial e descentralização da política no posto de comando

Na China que Bettelheim observa, existem duas formas de propriedade social, as quais ele classifica como propriedade do Estado e propriedade coletiva. Enquanto a propriedade coletiva se refere grupos restritos de trabalhadores, a propriedade de Estado abarca a totalidade do povo chinês enquanto proprietário via controle estatal ou militar oficiais. A primeira forma de propriedade podia ser

convertida na segunda caso ela atingisse uma escala suficiente para ser integrada ao plano global da industrialização chinesa.

Em meio a esforços agudos para promover o desenvolvimento das forças produtivas, foram criadas inúmeras unidades minúsculas de produção para compor o corpo do que deveria ser a Grande Indústria. As fábricas de rua, como são chamadas no livro, existiam desde o Grande Salto adiante, mas a Revolução Cultural deu um novo impulso à proliferação dessas “caldeiras em roças precárias”. A quase totalidade dessas pequenas unidades foi criada por donas de casa, sendo que elas exerciam várias funções como consertos e costura diversos para a população local. Caso uma dessas fábricas crescesse até certo ponto, ela era integrada como propriedade do Estado e passava a fazer parte do plano econômico nacional. Este ponto era a consagração do trabalho dos locais e a absorção do esforço pontual à coordenação da produção e distribuição total.

Bettelheim afirma que a planificação soviética se apoiava num modelo de descentralização distinto do modelo chinês. Na China, o poder vai para os trabalhadores, enquanto na URSS, ele ia para os gerentes de fábrica, que se guiavam em boa medida pela lógica do lucro. Bettelheim ([1973] 1979, p. 66) resolve toda a problemática da eficiência do plano ao enunciar que a planificação em torno de ordens imperativas e detalhadas resulta no fracasso da reprodução material consciente, algo que a Revolução Cultural evitava ao estimular a ação individual de ajuste a partir da base. O termo utilizado pelos chineses para caracterizar o modelo de sua planificação é “planificação unificada” cuja principal característica é a unificação política. Essa unidade é obtida pelos seguintes princípios: colocar a política no posto do comando (e não a economia), apoiar-se nas iniciativas das massas e utilizar e desenvolver indústrias avançadas em conjunto com as tradicionais. O movimento de se apoiar tanto sobre as novas tecnologias empregadas nas estruturas de produção grandes e sofisticadas quanto sobre as técnicas de produção manuais e manufatureiras era designado como “andar sobre ambas as pernas”.

Segundo Bettelheim, o modelo chinês do planejamento econômico é nitidamente mais flexível do que a experiência de planificação central rígida adotada na industrialização da URSS. É curioso observar que, apesar de ter profundo conhecimento teórico sobre os problemas da relação entre plano e mercado, Bettelheim não desenvolve aqui adequadamente o desafio concreto da transição para uma economia sem propriedade privada.³

A planificação chinesa tem, assim, características próprias que a diferenciam do padrão soviético. A principal diferença é o esforço, explícito na Revolução Cultural, de estruturar o plano econômico apoiando-se ao máximo nas massas (Bettelheim [1973] 1979, p. 71). A ideia é que a

³ Sobre a teoria da planificação de Bettelheim, ver Bettelheim (1968), (1969) e (1970).

definição do programa não se torne assunto exclusivo de especialistas e técnicos, mas sim um problema político que envolva o maior número possível de pessoas.

Com base no exemplo da fábrica de bonés (Bettelheim [1973] 1979, p. 73), a lógica do plano chinês é esboçada da seguinte forma: os coeficientes técnicos de produção são estimados localmente com base na experiência, obtendo-se assim uma noção da quantidade e qualidade da oferta potencial. Os departamentos comerciais enviam grupos à fábrica para informar a situação do mercado, ou seja, a estrutura da demanda. Os operários também vão diretamente ao mercado obter informações sobre a demanda, fazendo em seguida discussões para decidir o plano de produção. Junta-se a isso o organismo de planificação central, que faz cálculos para determinar o equilíbrio geral e fixa os índices definitivos de guia para os preços consultando a fábrica. Bettelheim explica bastante superficialmente o funcionamento prático do cálculo econômico em ação na China, sem esmiuçar o mecanismo de controle dos preços. Em relação à formalidade do programa em substituição ao mercado, Bettelheim salienta que não seria adequado basear-se exclusivamente no modelo central de definição das relações de intercâmbio entre os diversos produtos na economia, pois o potencial de ajuste a partir dos trabalhadores é muitas vezes superior ao seguimento da linha ditada pela planificação da entidade central.

Em outras palavras, pode ser dito que os chineses perceberam que não adianta deixar a condução do plano nas mãos de *experts*. Alguns casos relatam que algumas metas de produção não seriam cumpridas, e que a decisão dos *experts* seria a de reduzir a meta para que o plano fosse cumprido. Contudo, houve casos em que os trabalhadores ficaram sabendo do não-cumprimento de metas e desenvolveram soluções criativas inimagináveis no âmbito elevado da estrutura hierárquica do plano. Esse aspecto espontâneo, emergente da base, era extremamente eficiente para contornar problemas que a diretriz central não conseguiria resolver em tempo hábil. É nesse sentido que Bettelheim lembra do lema: “é mais importante apoiar-se nas iniciativas das massas que em réguas de cálculo” ([1973] 1979, p. 80).

A circulação de produtos seguia o planejamento comercial do Estado. Ou seja, a distribuição dos produtos não ocorria no padrão do mercado livre, mas dentro de uma linha pré-estabelecida da relação entre unidades de produção e de deliberações de entrega do produto aos consumidores individuais. Isto era importante para evitar a disseminação da troca fora do planejamento, e a partir daí vemos como o esforço para controlar a lei do valor requer manobras constantes para reconhecer os efeitos das leis do mercado. Bettelheim argumenta que os preços são determinados pela linha política, ou melhor, a produção segue o comando da política e não do lucro: eles são fixados de acordo com os

custos determinados pela estrutura técnica que é construída com o objetivo político de satisfazer àquela demanda que corresponde ao “interesse da nação”.

Os preços aos consumidores são guiados da seguinte forma: para bens de primeira necessidade não existe lucro. O Estado banca o prejuízo nas regiões com dificuldade de baixar os preços destes itens. Artigos para saúde são vendidos a preço de custo, enquanto alguns itens são gratuitamente distribuídos, como os anticoncepcionais. Os artigos mais sofisticados contemplam a formação de lucro. Produtos concatenados, ou seja, bens de produção que auxiliam e expandem a produção seguem o que Bettelheim chama de “preço histórico” e, nesse caso, o lucro vai para o fundo de acumulação social. Este se refere ao excedente sob controle da sociedade chinesa que é usado para expandir a economia no projeto de industrialização.

É importante mencionar que Bettelheim parece estar ignorando problemas do cálculo econômico ao dizer que os preços não seguem cálculos monetários. Bettelheim conheceu e participou do debate sobre o cálculo econômico socialista, mas não desenvolve aqui todas as minúcias da transição do cálculo capitalista para o cálculo sem propriedade privada como o fez em outras ocasiões (Bettelheim (1968), (1969) e (1970)). Sua apresentação segue portanto um desenvolvimento intuitivo para que as características gerais da indústria chinesa fiquem evidentes e se constate a particularidade da China em relação ao caso da URSS.

Houve também outras iniciativas da base que ajudaram atacar problemas econômicos. Por exemplo, a cooperação socialista entre fábricas permitiu atacar a poluição e o desenvolvimento da qualidade de produtos via uma comunicação estreita entre o produtor e o usuário. Percebe-se com isso que boa parte da produção se ajusta à demanda, e não o contrário. E aqui Bettelheim enuncia – talvez numa exaltação ligeiramente apressada – uma contradição, afirmando que na China a produção está direcionada para o valor de uso e não para o valor. Esta diferença fundamental entre a China e a economia capitalista supõe que todas aquelas transformações sociais radicais na Revolução Cultural estavam tendo efeito.

Bettelheim conclui a esta altura que, diferente do que algumas correntes marxistas defendem, as transformações das relações sociais de produção não são espontâneas, não decorrem automaticamente do desenvolvimento das forças produtivas. Não há passagem mecânica automática para esta situação de colocar o valor de uso como referência para a produção, ou de instaurar a política no posto de comando da economia. Segundo Bettelheim, esse é o ponto essencial para compreender a Revolução Cultural: ela é um acontecimento gerador de transformações que partem do papel ativo dos trabalhadores na remodelagem de todas relações sociais de produção existentes. Este papel ativo da massa exigiria,

entretanto, a direção de um partido revolucionário para que o fluxo seja conduzido conscientemente para a construção da economia comunista.

O uso político da ciência na divisão do trabalho

Neste ponto a análise sobre a transição entre modos de produção se torna mais densa. Para Bettelheim, durante a Revolução Cultural estava em curso uma configuração das relações sociais de produção que fundamentaram a organização econômica e social do socialismo. Um dos principais componentes dessa posição é a direção e execução de trabalhos nas unidades pela massa, ou seja, a redução da disparidade hierárquica entre trabalho de planejamento e trabalho manual. Em sua perspectiva, o esquema autoritário de direção por uma minoria e execução pela maioria estava dando lugar a uma nova configuração das relações sociais, necessária para conduzir a produção e a distribuição de acordo com o regime político instaurado em 1949.

Em 1960 Mao Zedong escreveu um texto analisando a Constituição de Anshan⁴, onde ele critica a seleção de diretores de fábrica a partir de cima – ou seja, apenas entre gerentes especialistas. A Constituição é um documento sobre a gestão socialista das empresas e, como mencionado, ela afirma que a política deve ser posta no posto de comando. Seu argumento central é que deve haver uma fusão entre duas coisas que antes estavam separadas: de um lado, os quadros técnicos e dirigentes devem realizar trabalhos manuais e, de outro, os trabalhadores e operários devem realizar tarefas de gestão e direção.

Foram necessários 8 anos para que os princípios da Constituição entrassem efetivamente em prática em algumas unidades de produção, devido às resistências contra o aprofundamento da revolução na economia (Bettelheim [1973] 1979, p. 95). É neste sentido que se pode estabelecer a relação entre o fenômeno da Revolução Cultural e a economia da China. A Revolução Cultural foi um processo em que avançaram tentativas de fusão entre trabalho manual e gerência, de generalizar essa prática, que não se estabeleceria de forma espontânea no interior das fábricas. Daí decorre a força ativa e subjetiva da Revolução Cultural, assim como seu caráter extremamente progressista às vistas de Bettelheim.

Em oposição à Constituição de Anshan existia outra corrente, representada principalmente por Liu Shaoqi. Eram, segundo Bettelheim, partidários da via capitalista que seguiam princípios de

⁴ O texto de Mao Zedong sobre a Constituição da Companhia de Ferro e Aço de Anshan pode ser lida em inglês em https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-8/mswv8_49.htm (acesso em Março de 2015).

organização industrial semelhantes aos da URSS, referidos como “a constituição de Magnitogorsk”, o que indica, na verdade, o modelo organizativo de uma unidade de produção modelar na URSS nas décadas de 30 e 40, a Companhia de Mineração e Aço Magnitogorsk.

Bettelheim aponta um problema complexo ao fazer uma comparação entre a China e o padrão econômico do resto do mundo socialista: o sistema soviético de gestão, a fim de contornar os problemas gerais da planificação econômica como substituto do mercado, adotava a autoridade absoluta do diretor da fábrica, usava incentivos materiais e baseava a organização técnica da produção na gerência feita por *experts* burgueses (engenheiros educados no capitalismo e na lógica do lucro). No caso na URSS, o caminho dos incentivos materiais individuais havia sido adotado pela primeira vez logo após a Revolução de Outubro, durante o Comunismo de Guerra, e depois, sob outra forma, durante a NEP (Nova Política Econômica). Nos anos seguintes de industrialização com os planos quinquenais, este sistema foi consolidado.

Na prática, o que se buscava fazer com isso era usar a lei do valor em favor do projeto macro de alteração da estrutura de produção da nação. Conforme Bettelheim (p. 98), o próprio Lenin defendeu este modelo de gestão em 1918 devido às condições objetivas de então. O grupo crítico a este modelo dentro do Partido bolchevique era existente, porém ele sempre teria sido minoria.

Lenin sabia que colocar os *experts* nos postos de comando não condizia com o socialismo, mas concluía que tal mal era necessário devido às circunstâncias históricas. Algumas medidas da NEP eram então entendidas como um recuo estratégico para o posterior avanço nas transformações das relacionais sociais de produção. E é justamente aqui que Bettelheim, equipado com o acúmulo histórico entre a saída do Comunismo de Guerra e os anos 1970, diverge do leninismo soviético, e vai contra a concepção de que é necessário desenvolver as forças produtivas primeiro para que se possa, depois, atingir as relações sociais almejadas. Isto porque “Os fatos mostram que esse passo atrás jamais foi seguido de um passo adiante” (Bettelheim [1973] 1979, p. 99).

Lenin acreditou que a URSS poderia aprender e incorporar os métodos dos *experts* de produção no capitalismo, como o taylorismo e a planificação da produção e do trabalho em larga escala sem se contaminar com a lógica do lucro. No entanto, Bettelheim defende a tese de que o uso deste modelo acabou não sendo provisório, mas definitivo, o que inviabilizou o progresso do socialismo na URSS.

A polêmica entre Bettelheim e a sugestão de Lenin de se apropriar das técnicas avançadas do capitalismo remete às discussões entre as estruturas de comando hierárquicas e aquelas baseadas na espontaneidade da base. Lenin havia explicado que em momentos críticos do processo revolucionário era necessário que a massa disciplinada obedecesse a direção única para que o fluxo da Revolução

Socialista não se diluísse em dispersão. Essa submissão do movimento à vanguarda se assemelharia à delicada direção de um chefe de orquestra, como se refere Bettelheim à analogia do próprio Lenin.

Todo o problema é que, segundo Bettelheim, esta direção única, se adotada para superar um obstáculo em um momento específico, não é mais abandonada. A partir do instante em que o movimento se alinha com a condução de cúpula, ele não retornaria mais às suas origens de iniciativa genuinamente trabalhadoras. É importante frisar que Bettelheim em nenhum momento descarta a experiência da Revolução Russa e a da construção da URSS. O fato para o qual ele quer chamar a atenção é que, depois de controlado o movimento pelo Partido para resolver os desafios que exigem unidade e disciplina, é necessário uma ação concreta para reverter essa organização de volta ao padrão de espontaneidade de base. Por si só, o movimento não desfaz a estrutura hierárquica alienante e de domínio que fora exigida no momento de luta aguda. Neste ponto, Bettelheim acredita estar seguindo Mao Zedong quando elabora esta interpretação sobre Lenin e a URSS.

Em sua avaliação, a China de finais dos anos 1960 avançou em relação à URSS ao superar a separação entre operário e engenheiro (Bettelheim [1973] 1979, p.104). A campanha da Revolução Cultural propagava, por exemplo, a tripla união (de quadros, técnicos e trabalhadores) para solução de problemas de ordem técnica. Os engenheiros estudavam ao mesmo tempo em que deveriam executar trabalho manual, num processo de mútuo aprendizado de todos os níveis do trabalho nas unidades de produção.

O processo de educação dos engenheiros e da mão de obra qualificada em geral começava a ter um novo lema: adquirir conhecimento para servir ao povo, e não para se valorizar individualmente perante o restante da população. O conhecimento e a ciência assimilados nesse tipo de formação deveriam ser colocados a serviço do povo. Não adiantava ter apenas o domínio da técnica para a sua formação e para alcançar cargos de maior poder. Era preciso usar o conhecimento em interesse do povo.

Aqui se nota como parecia não haver apenas o critério de domínio da técnica como forma de ascender na hierarquia, o que é outra forma de entender o que significa colocar a política no posto de comando. Tudo depende dos interesses de classe. Para contribuir para a construção do socialismo era necessário ter alto domínio técnico-científico e, ao mesmo tempo, colocá-lo integralmente a serviço dos interesses da classe trabalhadora. Mesmo alguém com baixo domínio técnico, mas que põe tudo isso a serviço do povo, conseguirá subir na hierarquia em comparação com um cientista com alta carga técnica mas ambíguo em relação ao seu papel na luta de classes. Por isso a educação libertadora de massa era tão importante, assim como sua apropriação da técnica para manejá-la de acordo com seus próprios interesses.

A luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das ciências e das técnicas é um momento de alta relevância para a transição. Bettelheim ([1973] 1979) p. 106) lembra que no capitalismo, como em todas sociedades de classe, há a separação entre teoria e prática. Assim, por um lado, o conhecimento teórico se acumula nas mãos de técnicos, sábios e professores, enquanto por outro lado a experiência prática se acumula nas mãos dos trabalhadores manuais. O resultado disso é que as ciências ficam separadas dos problemas concretos que a população trabalhadora enfrenta. Nas sociedades de classes todo o saber é posto para a manutenção do domínio e da alienação.

Bettelheim salienta que um dos efeitos desta separação entre atividade intelectual e manual é o conservadorismo da técnica. Forma-se uma ilusão do primado da teoria nas sociedades de classes, como se a prática não fosse uma das metades da unidade dialética da transformação consciente. Aqui há um vínculo nítido com o que Mao diz sobre a prática. A Revolução Cultural mostrou que muitas sugestões de melhoria feitas pelos trabalhadores tiveram resistência entre os cientistas, engenheiros e dirigentes, pois aquilo ia contra o que tinham sido ensinados. Esse tipo de resistência bloqueia sistematicamente o uso político da ciência pela classe trabalhadora e, também, o próprio avanço da técnica. As forças produtivas ficam impedidas de se aprimorarem por conta de um empecilho estritamente social, ilustrando que se esbarrou no limite do avanço científico que a burguesia pode oferecer. A concepção burguesa de mundo, em especial no que tange a relação entre teoria e prática, entra em contradição com o avanço das forças produtivas.

É nesse sentido que se entende a Revolução Cultural como promotora do primado da prática: o balanço entre os dois lados da unidade ainda precisa ser atingido. Isto causou uma série de transformações que não puderam ainda ser assimiladas pela teoria, mas que já existem na prática. Bettelheim, escrevendo no começo dos anos 1970, dá o curioso exemplo da acupuntura na medicina como forma de explicitar a “assombrosa vantagem da prática sobre a teoria”. Hoje se sabe que a acupuntura popularizou-se no Ocidente sem que a medicina tradicional conseguisse teorizar tal prática, ilustrando com concretude um dos limites absolutos da ciência da saúde sob o comando político capitalista.

A tripla união (quadros, técnicos e trabalhadores) arranca das máquinas todo seu potencial, pois a ferramenta é modificada, testada e alterada conforme as necessidades. O controle sobre os meios de produção vai sendo retomado no processo de fusão entre as atividades de direção e execução. A transformação socialista tende a eliminar a separação entre as atividades científicas/técnicas e as atividades produtoras.

Dessa forma, como Bettelheim explica, as inovações no socialismo não decorreriam da subordinação à meta de valorização, mas da consciência coletiva de usar a ciência para tornar a vida de

todos os trabalhadores melhor. Isto causa muitas diferenças na lógica de progresso técnico à qual estamos acostumados no capitalismo. Por exemplo, as massas participam de processos de criação de tecnologia, incluídos no conjunto de práticas que integrava a Linha de Massas (Bettelheim [1973] 1979, p. 109). A Linha de Massas desempenha um papel fundamental na luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das ciências e da técnica. Segundo Bettelheim, é aí que está a verdadeira revolução científica de nossa época, pois ela populariza a participação na criação de tecnologia, liberando forças produtivas inatingíveis sob a lógica do capital.

Trata-se de um novo tipo de progresso técnico, que corresponde ao desenvolvimento socialista das forças produtivas. Quais são suas características?

1. A acumulação prévia ainda era necessária, mas não era mais o fator decisivo para a administração dos meios de produção. Isto porque os trabalhadores já punham em movimento as modificações técnicas na produção, de forma adequada às decisões de uso do produto, na divisão entre consumo e investimento. As renovações e inovações vindas da base seriam operadas ao mesmo tempo em que se acumula capital. Aqui, o trabalho vivo é o fator dominante sobre o trabalho morto, diferente do que ocorre no capitalismo. A relação entre os setores I (meios de produção) e II (meios de consumo) é profundamente modificada, pois antes, tudo girava descontroladamente em torno do setor I, devido à lógica de valorização do valor.

2. O surgimento e expansão de pequenas e médias empresas foi possível paralelo a empreendimentos que exigiam economias de escala. A viabilidade econômica dessas unidades de produção era devida ao caráter socialista da produção, o qual não exigia taxas de retorno iguais de unidades econômicas diversas. As formas jurídicas são variadas para integrar as unidades menores ao sistema, de forma que atendam demandas específicas. Parte das iniciativas é de massas trabalhadoras locais que permanecem em suas regiões.

3. Tem início uma série de medidas visando a eliminação da desigualdade entre a cidade e o campo. Há um esforço notável para deslocar as populações concentradas nos centros urbanos para regiões do campo. O campo se integra ao sistema produtivo nacional de forma semelhante que as unidades de produção industriais, ou seja, as pequenas cooperativas rurais são associadas a cooperativas maiores, atenuando a desproporção política entre campo e cidade.

Com efeito, Bettelheim salienta aquela que talvez seja a particularidade da industrialização chinesa:

“Na China, a atual industrialização se acompanha, e é sem dúvida a primeira vez no mundo que isso acontece, de um movimento de desurbanização, pelo menos nas cidades muito grandes (...)” ([1973] 1979, p. 117).

Este formato permite a formação de uma nova ideia de vanguardismo revolucionário, muito diferente daquela que prevaleceu desde o nascimento do movimento socialista na Europa e se estendeu à Rússia da cinzenta Petrogrado: os camponeses poderiam questionar o domínio das cidades na organização social, e tomar consciência de sua participação no processo de construção do socialismo (Bettelheim [1973] 1979, p.117). O Grande Salto Adiante já tinha procurado iniciar essa mudança ideológica ao dar ao camponês a capacidade de colaborar com o processo de produção industrial em conjunto com os trabalhadores das cidades. Essa é uma das características marcantes que separam a China dos eventos revolucionários anteriores no mundo.

A luta ideológica durante a transição do capitalismo para o comunismo

Na parte final de *Revolução Cultural e organização industrial na China*, Bettelheim conclui com algumas ideias sobre a interação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, entendendo o conceito de revolução como momentos de transformação da sociedade na passagem de um modo de produção para outro. Em oposição ao mecanicismo, imputado erroneamente a Marx e Engels, Bettelheim salienta que as relações sociais de produção não estão “presas” de forma absoluta às forças produtivas, mas contém um elemento criador que permite seu domínio e sua modificação. Ou seja, para Bettelheim, as forças produtivas jamais determinam diretamente as relações de produção.⁵

O principal ponto levantado por Bettelheim nessa conclusão é o aspecto político do controle sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Para ele, a luta pelo socialismo não pode se guiar por um “desenvolvimento das forças produtivas” como se fosse um processo vazio ou sem caráter político, pois esse desenvolvimento está intimamente ligado aos interesses de classe (Bettelheim [1973] 1979, p. 122). Abstratamente seria possível falar no incremento do nível qualitativo e quantitativo dos meios de produção com base na relação entre insumo e produto de determinado valor de uso concreto, o que nada mais é que um indicador da produtividade. No entanto, ao se pensar em produtividade já se implica a classe trabalhadora, no sentido de uma economia de trabalho humano para avanço da técnica. Só que esse avanço, considerando a perspectiva de quem trabalha, não pode se voltar contra o interesse econômico e político da classe trabalhadora. Por essa razão, e para que nunca se conceba o

⁵ É interessante notar que Bettelheim não detalha a exposição do próprio Marx no Prefácio para a Crítica da Economia Política, onde aprendemos que tanto as relações sociais de produção quanto as forças produtivas formam a *base* sobre a qual se ergue toda a *superestrutura* jurídica e ideológica, essa sim, que está condicionada ao existente e expressa, nos momentos revolucionários, o desencaixe dentro da base, ou seja, a contradição entre as forças produtivas do presente e as relações sociais do passado.

desenvolvimento das forças produtivas sem relacioná-la com a luta de classes, Bettelheim enfatiza a necessidade de sempre vincular o “progresso técnico” à posição do sujeito no processo de produção.

Mesmo quando o poder político é retirado das mãos da burguesia, as relações de produção capitalista podem continuar a se reproduzir. Pode haver, portanto, um período em que burguesia não tem o controle político, mas ainda assim a lógica do capital continua regendo a estrutura econômica da sociedade. Este período seria o socialismo, fase de passagem do capitalismo ao comunismo. Bettelheim ressalta que essa é uma passagem que leva tempo e recorda a polêmica na URSS, onde se considerou nos anos 1930 que a construção do socialismo estava acabada, ou seja, que se tinha atingido o comunismo. Esta visão foi difundida principalmente a partir do *Manual de Economia Política da URSS* e dos textos de Stálin de 1936, segundo Bettelheim.⁶

Este raciocínio de que o capital continua dominando a economia de uma sociedade que realizou a revolução socialista inicial é desenvolvido com profundidade por Bettelheim em *A luta de Classes na União Soviética* (Bettelheim ([1974] 1979). Sua tese é a de que a luta de classes persiste após a conquista política do Estado pelo corpo organizado do movimento socialista local/nacional. Em outras palavras: o novo regime ainda não representaria uma vitória final da classe trabalhadora sobre a opressão e a alienação que é o âmago da relação social mercadoria. No âmbito político, o proletariado estaria vencendo; no plano ideológico, esta vitória seria parcial; já na base econômica, haveria muito o que ser feito para suprimir de vez os efeitos da lógica da lei do valor e da propriedade privada. Assim, o processo de transição parte do âmbito ideológico, de onde brota sistematicamente o esforço para derrotar a concepção de mundo da burguesia (Bettelheim [1973] 1979, p. 125).

Bettelheim dá muito importância às esferas políticas e ideológicas como formas de combater as idéias do econômico oriundos do mundo capitalista. Mais uma vez, ele se põe contra a ideia de transição automática e defende a difusão ideológica que se constrói na China, lembrando que durante a transição a direção política do Partido é necessária (Bettelheim [1973] 1979, p. 127).

Contudo, ainda que a massa apoie nominalmente o Partido, ela ainda está sob influência da ideologia burguesa no que se refere às práticas de produção e distribuição. Neste instante, ocorrem casos de dar primado aos interesses parciais ou individuais em detrimento do interesse geral da revolução. E aqui, retorna-se àquele ponto polêmico de unidade de vontades em Lenin para o sucesso

⁶ O Manual de Economia Política da URSS (Academia de Ciências da URSS (1961)) contém uma apresentação sistemática da economia socialista em oposição à economia onde a lei do valor opera livremente. A separação extrema das duas formas antagônicas de organização econômica produz uma exposição excessivamente teórica dos problemas da transição, o que serve para desviar a atenção dos problemas concretos de consolidação e avanço do novo modo de produção que está apenas em um processo de construção. Para uma crítica maoísta do Manual de Economia Política da URSS, ver MAO, Zedong “A critique of Soviet Economics”, texto que reúne artigos de Mao de 1959 e 1960, publicados em inglês pela Revista *Monthly Review* em 1977, disponível em <http://www.marx2mao.com/Mao/CSE58.html>.

da revolução. Bettelheim havia se oposto a Lenin neste ponto, mas reconhece que Mao Zedong elabora a mesma ideia com palavras distintas porque, para ele, a Revolução Cultural permitiu criar este movimento de unificação de planos, ideias e ações em uma ação coletiva organizada de transformação interna que não havia sido feita anteriormente.

Mas é aqui que encontramos uma ressalva crucial de Bettelheim sobre os ensinamentos de Lenin e Mao Zedong enquanto líderes do processo revolucionário: esta unidade de vontades não pode ser imposta de fora aos produtores imediatos, pois isto coloca os agentes individuais contra o processo de construção do “primado dos interesses coletivos sobre os interesses individuais ou particulares” (Bettelheim [1973] 1979, p. 128). A propriedade do Estado sobre os meios de produção não é o objetivo destes agentes, pois eles não se reconhecem neste Estado. Sem que eles formulem o primado do coletivo sobre o individual a partir de uma experiência genuína própria, não-dogmática, que parta de dentro para fora num processo de esclarecimento politizador de sua própria condição enquanto explorado sob a forma mercadoria, o Estado socialista aparecerá como ameaça para todos dominados pela ideologia burguesa. A ditadura do proletariado não é a conclusão do processo, mas uma fase onde o conflito ideológico é extremamente acirrado devido à coexistência ampla das duas lógicas: a capitalista e a comunista.

Chega-se então a um ponto crítico: o salto para o processo de eliminação do Estado sob domínio do proletariado, ou seja, da Ditadura do Proletariado para a espiral rumo ao comunismo não-primitivo exige um esforço de rejeição de toda ideologia não-proletária (Bettelheim [1973] 1979, p. 129). Todo o esforço se volta para a criação de uma unidade superestrutural para o coletivo que deixa as ideologias antigas, incluindo a burguesa, que é mais recente em comparação com as ideias do Antigo Regime, para trás. Este é um processo de luta intensa e a Revolução Cultural foi uma das expressões históricas concretas disso. Para Bettelheim, portanto, a Revolução Cultural na China é apenas a primeira de uma série de transformações que, se não forem realizadas, poderiam colocar o país de volta à lógica do capitalismo (Bettelheim [1973] 1979, p. 134).

Extrema esquerda e o fim da Revolução Cultural

Algumas palavras finais à obra foram acrescentadas por Bettelheim após reavaliar o livro no final dos anos 1970. Em primeiro lugar, ele considera importante dizer que a Revolução Cultural não ocorreu espontaneamente. A ação das massas teve o auxílio e a orientação política da linha revolucionária de Mao Zedong e dos partidários desta linha. É muito importante não esquecer que a ideologia burguesa se desenvolve e permanece nos próprios trabalhadores (Bettelheim [1973] 1979, p.

139) – isso demandaria um combate entre as chamadas “linha burguesa” e a “linha proletária”, o que pode se tornar um problema se os indivíduos são metralhados por todos os lados por propaganda política.

Neste sentido, é preciso considerar que a linha burguesa penetra no movimento comunista, gerando muito potencial para confusão. Confusão que Bettelheim, apesar de se esforçar, não explicita em todos os seus pormenores. Por exemplo, não há como saber ao certo se a defesa do desenvolvimento das forças produtivas em primeiro momento para que transformações sociais ocorram depois decorre da posição política de quem defende isso (elementos reacionários infiltrados) ou da situação objetiva de baixa condição técnica da economia (como foi a avaliação de Lenin na defesa da NEP).

Durante a Revolução Cultural, a chamada “extrema-esquerda” era também qualificada como parte da “linha burguesa”. A “extrema-esquerda” seria caracterizada por movimentos com objetivos que não poderiam ser atingidos no momento, até certo ponto utópicos. Foram caracterizadas como manifestações radicais no âmbito ideológico mas sem domínio da teoria de Marx e Engels, a qual poderia explicitar o vínculo entre determinação subjetiva e objetiva para se atingir o objetivo do movimento comunista. A “extrema-esquerda” faria, assim, críticas do ponto de vista pessoal, aplicando a humilhação e o castigo físico (Bettelheim [1973] 1979, p. 141). Bettelheim explica que este procedimento é uma linha burguesa porque não educa cientificamente as pessoas para distinguir “a pessoa” da “estrutura social” que a domina. Por isso, a crítica pessoal confundiria as pessoas.

Reparemos bem: o partidário da “extrema-esquerda” acreditaria profundamente que trabalha em prol da revolução socialista, mas age de um modo agressivo de forma inconsciente, afastando as pessoas do movimento. Isto tem implicações negativas, pois muitas pessoas não entendem o processo da revolução e cometem “erros”. Estas pessoas são afastadas do processo quando humilhadas pela linha extrema-esquerda. No início da Revolução Cultural, por exemplo, haviam facções que queriam abandonar os antigos intelectuais ao invés de reeducá-los (Bettelheim [1973] 1979, p. 144). Para Bettelheim, a relação com os intelectuais deveria ser outra, para que a ideia do socialismo possa se expandir de um modo que não afaste os trabalhadores ainda dominados pela ideologia capitalista.

A falha da “extrema-esquerda”, na visão de Bettelheim, seria a substituição da luta ideológica entre classes por ataques pessoais. Isso teria criado critérios abstratos de moral, como o egoísmo, o qual se tornou um verdadeiro mal a ser derrotado. Esse enfoque em elementos morais incitava a proliferação de um socialismo idealista, fora da linha construída por Marx e Engels, que não buscaram explicar o capitalismo com base em uma “natureza humana”, ou seja, em uma filosofia escolástica desvinculada dos interesses conflitantes das classes.

Bettelheim aproxima a “extrema-esquerda” do Anarquismo e de todas as formas de Socialismo burguês não-marxista, acusando-a de multiplicar os obstáculos para a vitória da linha revolucionária consciente. A força contra estes obstáculos teria sido Mao Zedong, cuja orientação ajudava a confrontar estes problemas (Bettelheim [1973] 1979, p. 151). O aspecto reacionário da extrema-esquerda foi, por fim, contornado no processo da Revolução Cultural arquitetada por Mao. Como a própria linha extrema-esquerda se considera a mais progressiva no movimento, não se trata de confrontar o socialismo utópico com o Marxismo, mas de abrir espaço concretamente para a instrução recíproca em todos os âmbitos da base (trabalho, família, escola, etc.). A linha extrema esquerda apoiava o sistema de incentivo material numa reivindicação parecida com a dos ricardianos socialistas e de sistemas de assalariamento justos, explicitando um problema grave: a linha extrema-esquerda dificulta o acesso das massas aos estudos aprofundados do marxismo-leninismo. Isso porque a “extrema-esquerda” difundia lemas socialistas de modo dogmático, impedindo o efetivo domínio da filosofia da práxis pelas massas (Bettelheim [1973] 1979, p. 155). Com o desenrolar da Revolução Cultural, a “extrema-esquerda” foi derrotada e o estudo do marxismo-leninismo avançou na China (Bettelheim [1973] 1979, p. 157), ao mesmo tempo que os intelectuais começaram a trabalhar, e os trabalhadores começaram a estudar. (Bettelheim [1973] 1979, p. 160). O erro da extrema-esquerda teria sido o empiricismo, pois ele culmina no dito de que “todas as ideias das massas são justas”.

O conflito agudo dentro da China na Revolução Cultural está apenas esboçado nessas considerações de adendo ao estudo da organização industrial do país. De forma resumida, a extrema-esquerda queria liquidar os quadros, intelectuais e a linha de Mao Zedong queria reeducar e expandir o marxismo entre os trabalhadores para que se descobrissem sistematicamente os desafios objetivos de construção do socialismo, e não apenas aqueles bloqueios de ordem ideológica. No começo da Revolução Cultural, as linhas revolucionária (marxista) e extrema-esquerda (utópica) não se distinguiram, pois tratava-se de atacar a ideológica burguesa mais aberta. Mas conforme os trabalhadores estudavam e se apropriavam do marxismo, a linha extrema esquerda caiu. Ao mesmo tempo, e o que pode parecer misterioso, Bettelheim considera que houve uma contrarrevolução e os avanços socialistas da Revolução Cultural foram destruídos (Bettelheim [1973] 1979, p. 173). Esta contrarrevolução eliminou quadros surgidos das massas, inclusive fisicamente, tornando-as passivas frente à virada reacionária.

Desde então, a Revolução Cultural começou a ser apresentada na historiografia oficial como algo extremamente negativo. A ideia de modernidade capturou os anseios dos trabalhadores nesta nova fase e a nova China do ajuste com o capitalismo mundial entrou na trajetória que a levou ao posto de maior economia do mundo ao lado dos Estados Unidos nos anos 2000.

Conclusão: controvérsias na saída da Revolução Cultural

Finalmente, qual é a avaliação de Bettelheim sobre a Revolução Cultural?

Para ele, foi um episódio extremamente significativo no processo de aprofundamento das transformações sociais rumo ao socialismo. O aspecto mais importante no âmbito econômico foi, definitivamente, a fusão entre as atividades separadas de direção e execução. Os trabalhos intelectual e manual se aproximaram, assim como os espaços físicos de poder do campo e da cidade. Isso permitiu uma unidade entre teoria e prática sem precedentes na história do movimento comunista, sendo esta, talvez, a principal diferença entre as revoluções anteriores (Comuna de Paris e a Revolução Russa) e a Revolução Chinesa, no momento da Revolução Cultural.

Por outro lado, o embate ideológico gerou uma corrente à frente da direção política que foi, em algum momento, suprimida pela condução oficial do Partido Comunista. Bettelheim avalia que isto teria sido positivo no sentido de ampliar o estudo do marxismo na China, ou seja, no sentido de desconstruir o formato dogmático da teoria ao massificar o método e não os conteúdos vazios dos autores e líderes políticos. Mas ele deixa a entender que tal fenômeno está também atrelado ao desmantelamento dos avanços conquistados com a Revolução Cultural, algo extremamente negativo em sua visão.

Essa oposição, expressa na concorrência das comunas ainda nascentes, é o centro do debate que Bettelheim trava com Neil Burton e que o incitou a detalhar sua interpretação sobre o desfecho da Revolução Cultural em 1978. Burton acredita que se Bettelheim voltasse à China mais uma vez poderia ter verificado que não houve contrarrevolução, e que o processo de construção do socialismo continuava. No entanto, esse argumento não foi suficiente para alterar a visão geral de Bettelheim de que a China abandonou o caminho Revolucionário.

Os acontecimentos após a morte de Mao Zedong em 1976 perturbaram Bettelheim profundamente, conforme ele reporta em sua carta de demissão da Associação de Amizade Franco-Chinesa (Bettelheim (1978), p. 99). Para ele, os fatos desencadeados com a saída da História de Mao mostram que a China saiu do trilho rumo ao socialismo. Em sua visão, isto se deve principalmente ao recurso da mentira e da calúnia para difamar e isolar politicamente o grupo dos quatro (Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Yao Wenyan e Wang Hongwen), que havia tido um papel central na condução da Revolução Cultural. Para Bettelheim, todas as acusações contra os quatro expressam uma virada política de 180 graus que terminou em um Golpe de Estado deferido em outubro de 1976 por Hua Guofeng (Bettelheim (1978), p. 12). As análises dos erros cometidos no processo da Revolução

Cultural não foram feitas adequadamente, ocasionando um salto para trás e uma negação de toda a metodologia de estudo e avaliação histórica da tradição Marxista. Neste sentido, a Revolução Cultural foi rejeitada como um todo, incluindo aí seus maiores avanços.

Toda a controvérsia sobre o fim da Revolução Cultural e dos acontecimentos depois da morte de Mao gira em torno da seguinte questão: esse recuo do processo de transformação social que estava em pleno desenvolvimento se deve (i) a dificuldades de caráter técnico ou (ii) à organização contrarrevolucionária política e ideológica que colocou a China na trilha do capitalismo? Para Bettelheim, o segundo ponto é o mais forte na explicação objetiva do que aconteceu no final dos anos 1970 (Bettelheim (1978), p. 26, 52 e 67-68) e que servirá como ponto de partida para avaliar criticamente os erros cometidos pelo Partido que conduziram à derrota.

Isso quer dizer que o movimento revolucionário na China está fadado ao fracasso absoluto e a um definhamento melancólico? Não. Mais cedo ou mais tarde o resgate da Revolução Cultural pelos trabalhadores chineses na sua luta contra o próprio Partido como entidade acima do movimento deve ocorrer. Só então o socialismo voltará a fazer parte do curso histórico da Revolução Chinesa. Enquanto isso, perguntava-se Bettelheim em finais dos anos 1970, não poderia haver progresso material, incremento das forças produtivas e expansão econômica sob a nova direção do Partido Comunista Chinês? E ele próprio responde:

“Claro que durante alguns anos, a produção pode progredir, sobretudo, nos domínios industriais prioritários, mas definitivamente, as contradições entre a indústria e a agricultura, entre cidade e campo, entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre acumulação e consumo irão se agravar, porque a via na qual a direção atual do PCC compromete a China é a via capitalista.” (Bettelheim (1978), p. 94).

Referências

Academia de Ciências da URSS (1961). *Manual de Economia Política*. Instituto de Economia. Traduzido do russo por Jacob Gorender e Josué de Almeida, terceira edição de Moscou, 1959. Rio de Janeiro: Vitória.

Bettelheim, C. (1968). *Planificação e Crescimento Acelerado*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bettelheim, C. (1969). *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar.

Bettelheim, C. (1970). *Cálculo econômico e formas de propriedade*. Lisboa: Dom Quixote.

Bettelheim, C. ([1973] 1979). *A Revolução Cultural e a Organização Industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Bettelheim, C. (1978). *A China depois de Mao*. São Paulo: Martins Fontes.

Bettelheim, C. ([1974] 1979). *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Escherick, Pickowicz e Walder (2006). The Chinese Cultural Revolution as History: An Introduction. In: Escherick, Pickowicz e Walder (2006). *The Chinese Cultural Revolution as History*. Stanford University Press.

Hunter, N. (1989). *Shanghai Journal: An Eyewitness Account of the Cultural Revolution*. Oxford University Press.

Marx, K. ([1859] 1971). *Vorwort. Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. In: Karl Marx/Friedrich Engels Werke (MEW), Band 13, 7. Auflage, 1971, S. 7-11. Berlin: Dietz Verlag. Disponível em: http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_007.htm Versão em português: Marx, K. ([1859] 1982). Prefácio. Para a Crítica da Economia Política. Edições Progresso Lisboa. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> [09/03/2015].

Zedong, M. (1977). *A Critique of Soviet Economics*. Nova Iorque e Londres: Monthly Review Press. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/Mao/CSE58.html> [09/03/2015].